Processo nº: 0030479-46.2015.8.19.0001

Tipo do Movimento: Sentença

Descrição: Trata-se de Ação Civil Pública proposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO em face de VIAÇÃO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS S/A. A parte autora alega que, após apuração em inquérito civil, constatou-se que a linha 416 (Saens Peña - Horto - via Túnel Rebouças), explorada pela ré, operava com apenas metade da frota determinada. Sustenta que propôs Termo de Ajustamento de Conduta a fim de sanar as irregularidades constatadas, tendo a ré, então, requerido dilação do prazo para resposta. Deferida a dilação, não houve mais manifestação. Aduz que a insuficiência da frota foi apurada em duas fiscalizações, em datas distintas, ambas constatando a presença de apenas metade dos veículos. Destaca a importância da eficácia dos meios de transporte públicos. Liminarmente, pede a determinação de que a ré preste seus serviços na linha 416 de forma adequada e eficiente, dotando-a da quantidade de veículos determinada pelo poder concedente. Após, pede a confirmação da liminar; a condenação por danos morais e materiais causados a consumidores individualmente considerados, a serem apurados em liquidação de sentença; bem como a condenação por danos materiais e morais coletivos, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). A antecipação da tutela foi deferida à fl. 17. Devidamente citada (fls. 19/20), a requerida apresentou contestação às fls. 21/45. Suscita a preliminar de carência de ação. No mérito, aponta inconsistências no abaixo assinado que deu azo à instauração do inquérito civil. Alega que, nas fiscalizações, não foram consideradas as condições de trânsito que influenciam na operação do transporte público, bem como acidentes que teriam influenciado tais condições.. Sustenta que os veículos não transitam superlotados e que há outras linhas do mesmo consórcio que cobrem o mesmo percurso. Aduz que não houve danos indenizáveis, e sim meros aborrecimentos e que, mesmo se houvesse, as condições do trânsito e acidentes ocorridos excluiriam a responsabilidade. Pede a improcedência do pedido autoral. Com a contestação, foram acostados os documentos às fls. 46/71. Réplica às fls. 74/86. Instados sobre as provas que pretendiam produzir (fl. 87), a parte ré manifestou-se às fls. 88/90, requerendo a expedição de ofício. O autor, às fls. 92/93, informou que não se opõe à expedição de ofício pretendida pela requerida. O feito foi saneado à fl. 94, tendo sido afastada a preliminar arguida. Resposta da Secretaria Municipal de Transportes ao ofício às fls. 97/104. Manifestação da ré às fls. 105/ 107 e do autor à fl. 132. É o Relatório. Decido. Trata-se de ação civil pública intentada pelo Ministério Público para a tutela de direitos coletivos latu sensu oriundos do direito do consumidor. A ação está lastreada em inquérito civil em que se apura irregularidades na linha 416, operada pela ré. De plano, deve-se frisar a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor à relação, pois os usuários inserem-se no conceito de consumidor previsto no art. 2º do CDC, e a prestadora do serviço pode ser enquadrada como fornecedor, cujo conceito é previsto no art. 3º do mesmo texto legal. Sobre a impugnação do abaixo-assinado constante do inquérito civil, carece a mesma de fundamento, ante a fragilidade do argumento de que estaria ausente a coletividade representada. O principal interesse tutelado por meio desta ação civil pública é de natureza difusa, nos termos do art. 81, § único, inciso I do CDC. Trata-se da prestação de serviço público essencial, cuja ineficiência não pode ser sanada de forma individual. A impugnação de eventuais assinaturas do abaixo assinado não descaracteriza o direito protegido como difuso. Da mesma forma, não retira do parquet a legitimidade para tutelá-lo. Conforme se verifica às fls. 51/53 e 65/69 do procedimento investigatório, ambas as vistorias realizadas por fiscais da Secretaria Municipal de Transporte apontaram irregularidades na prestação do serviço. Em ambas as datas, apurou-se que a ré operava a linha 416 com 50% (cinquenta por cento) da frota determinada, isto é, com apenas 5 (cinco) dos 10 (dez) veículos autorizados. O delegatário tem o dever constitucional, legal e contratual de manter o serviço público adequado, eficiente e de qualidade, dentro dos parâmetros mínimos pré-estabelecidos pelo Poder Concedente. Pode-se extrair esse dever do artigo 22 do Código de Defesa do Consumidor, que assim dispõe: Art. 22. Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos. Parágrafo único. Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste código. Ainda que assinaturas pontuais tenham sido impugnadas pela ré, isso não descaracteriza farta documentação referente ao abaixo-assinado da Associação dos Moradores do Horto. Isso, somado às vistorias realizadas, é suficiente para demonstrar que o serviço de transporte não foi prestado da maneira que se espera da delegatária. No que concerne à alegação da requerida de que as condições do trânsito e acidentes influenciaram o resultado das avaliações, não lhe assiste razão. Embora a ré demonstre a ocorrência de acidente na Lagoa Rodrigo de Freitas em um dos dias da fiscalização, isso, por si só, não é apto a afastar sua responsabilidade. Ainda que tal acidente tivesse causado o resultado obtido na avaliação, esta foi novamente realizada em outra data, obtendo-se o mesmo resultado. Ademais, condições de trânsito são inerentes à atividade da requerida, sendo fortuito interno à sua atividade-fim, razão pela qual não pode ser apontado como excludente de responsabilização. Fica claro, portanto, o descumprimento do dever constitucional de eficiência na prestação de serviços pela ré. Quanto ao pleito de indenização por danos materiais e morais causados aos consumidores, tem-se que não merece prosperar, eis que não comprovados, ressaltando-se que não se pode presumir a sua existência. O ato ilícito comprovado não acarreta por si só dano material ou moral, devendo a análise desses danos serem apurados em ações individuais no juízo próprio. Não há na conduta imputada à ré nenhuma evidência de lesão a direito da personalidade, dessa forma, não está caracterizado o dano moral, mas sim um mero aborrecimento, ou dissabor do consumidor. De fato, não seria pertinente se

constituir antecipadamente a ocorrência de lesão patrimonial individualmente a todos os usuários da linha, sem a análise de cada caso isolado, para verificar se, de fato, tais danos existiram e se provieram da conduta ilícita da ré. O mesmo ocorre com o pleito de indenização por danos morais causados aos consumidores, de forma individual, uma vez que cabe a cada usuário da dita linha, que se sentiu ofendido em valores imateriais, postular e comprovar o abalo psicológico, ressaltando-se que, no caso em tela, tal dano moral não decorre in re ipsa, não podendo, portanto, ser acolhido na presente ação. Isso posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos autorais, para tornar definitiva a tutela antecipada de fls. 17, e determinar que a ré preste serviços referentes à linha 416 de forma adequada e eficiente, dotando-a da quantidade de veículos determinada pelo poder concedente, sob pena de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por ocorrência. Tendo em vista que a ação foi proposta pelo MP não cabe condenação em honorários. Custas pela ré. Após o trânsito, dê-se baixa e archive-se. P.R.I.

[Imprimir](#) [Fechar](#)